

RESUMO EXPANDIDO - EIXO 3 - DIREITOS HUMANOS E
DESENVOLVIMENTO

**ENTRE REDES E REALIDADES: O PARADOXO DA UNIVERSALIZAÇÃO
DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA BAHIA**

Anderson Gomes (anderson.gomes@animaeducacao.com.br)

Líliam Dos Santos Vasconcelos (liliasmvasconcelos@hotmail.com)

Ederson Fabricio Cordeiro Da Silva (fabvassilvaesantos@gmail.com)

O artigo Entre redes e realidades: o paradoxo da universalização do abastecimento de água na Bahia discute os desafios estruturais, operacionais e territoriais para a efetivação do direito humano à água potável no estado da Bahia. Embora o acesso à água tratada seja reconhecido como direito fundamental e sustentado por marcos legais internacionais e nacionais, sua concretização ainda está longe da universalização, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas.

A pesquisa adota uma abordagem exploratória, quali-quantitativa e documental, com base em dados de fontes como o SINISA (2024), IBGE e PESB-BA (2023-2024). Os resultados revelam que, embora a Bahia registre índices elevados de cobertura formal, há profunda desigualdade territorial e falhas operacionais significativas.

A análise demonstra que a presença da infraestrutura não garante, por si só, o fornecimento regular, seguro e de qualidade. Apesar de avanços legais com o Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), que prevê metas ambiciosas até 2033, a realidade baiana aponta entraves como baixa

capacidade institucional, perdas operacionais, descontinuidade no fornecimento e desigualdade territorial. O estudo defende que a universalização do acesso à água deve considerar não apenas a expansão física da rede, mas a eficiência, a qualidade e a regularidade dos serviços.

Conclui-se que o desafio do saneamento na Bahia não se limita à infraestrutura, mas envolve também justiça ambiental, governança hídrica, equidade territorial e responsabilidade intergeracional. A efetivação do direito à água exige investimentos direcionados, atualização tecnológica, gestão estratégica e políticas públicas que priorizem os territórios mais vulneráveis.

Palavras-chave: saneamento básico; água potável; desigualdade territorial; direitos humanos; bahia.